



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

AO

Excelentíssimo Arthur Possimoser Do Socorro
Prefeito Municipal

Assunto: Verificação da necessidade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP visando aquisição de uniformes, vestuário funcional e itens de malharia personalizados.

Em análise aos Documentos de Formalização de Demanda – DFDs encaminhados pelo Excelentíssimo Prefeito, verifica-se que a demanda apresentada refere-se ao fornecimento de itens de uso comum, padronizados e recorrentes, utilizados de forma transversal por diversos órgãos da Administração Direta, caracterizando-se como necessidade de consumo variável e com atendimento compartilhado entre diferentes unidades administrativas. Trata-se de objeto amplamente disponível no mercado, cujas especificações técnicas são de conhecimento consolidado da Administração.

Registra-se que, em exercícios anteriores, a Administração Municipal adotou a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, modelo que se mostrou compatível com a natureza da demanda, considerando a imprevisibilidade quanto às quantidades efetivamente demandadas ao longo do exercício, a necessidade de atendimento simultâneo a diferentes órgãos e a flexibilidade operacional exigida para o fornecimento parcelado dos itens.

Ressalta-se, contudo, que, embora os itens sigam um padrão que contribui para a padronização das propostas e facilite a análise comparativa entre os fornecedores, bem como o controle no momento do recebimento dos produtos, entende-se necessária a melhoria no nível de detalhamento das especificações técnicas, a fim de evitar ambiguidades, divergências de interpretação e possíveis inconformidades na entrega. Dessa forma, orienta-se ao Chefe do Poder Executivo que determine ao setor de compras a consolidação das demandas e a elaboração de especificações técnicas mais precisas e completas para cada item, de modo a assegurar maior clareza na definição do objeto, padronização adequada, isonomia entre os



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

licitantes e mitigação de riscos na fase de execução contratual, especialmente quanto à conferência e aceitação dos produtos fornecidos.

No que se refere à necessidade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, observa-se que o objeto possui histórico consolidado de contratações, com parâmetros já definidos, não demandando análise aprofundada de alternativas de solução. Ademais, o Decreto Municipal nº 027/2025 dispõe sobre a dispensa de elaboração de ETP nos casos de replicação de contratações anteriores ou quando se tratar de objeto comum, padronizado e de natureza recorrente, hipótese plenamente caracterizada na presente demanda.

Dessa forma, entende-se que a elaboração de novo ETP não se mostra necessária, uma vez que não agregaria elementos técnicos relevantes à tomada de decisão administrativa, podendo, inclusive, resultar em atraso injustificado no atendimento das necessidades institucionais dos órgãos demandantes.

Assim, para o exercício de 2026, no tocante ao planejamento institucional, verificou-se que a demanda encontra-se compatível com o Plano Anual de Contratações – PCA, considerando que, para o exercício de 2026, a estimativa quantitativa foi ajustada mediante a aplicação de margem de segurança de 20%. Tal acréscimo justifica-se em razão da retomada e ampliação de ações institucionais que não foram realizadas ou ocorreram de forma reduzida no exercício de 2025, bem como pelo aumento previsto da intensidade das ações administrativas, operacionais, culturais, esportivas, educativas e institucionais.

O ajuste também contempla a realização de eventos represados, a expansão do atendimento ao público, a possível ampliação de equipes envolvidas nas ações institucionais e a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento imediato de demandas eventuais, evitando descontinuidade dos serviços e a adoção de contratações emergenciais. Ressalta-se que a margem aplicada possui caráter técnico-preventivo, não configurando superdimensionamento, estando alinhada ao histórico de consumo, à natureza contínua do objeto e ao planejamento estratégico e orçamentário do Município.

Diante do exposto, opina-se pela dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, pela realização de licitação na modalidade Pregão, com adoção do Sistema de Registro de Preços, e pelo prosseguimento dos trâmites administrativos cabíveis, observadas as disposições legais, regulamentares e orçamentárias aplicáveis.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Encaminhem-se os autos para ciência e adoção das providências pertinentes.

- Anexo: Decreto nº027/2025

07 de janeiro de 2026, Placas – Pará


Gilberto Bianor dos Santos Paiva
Sec. De Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito

DECRETO MUNICIPAL Nº 027/2025

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito do Município de Placas - Pará.

O Excelentíssimo Prefeito de Placas **ARTHUR POSSIMOSER DO SOCORRO**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP no âmbito do Município de Placas - Pará.

Parágrafo primeiro. Para os efeitos deste Decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar os ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras de grande vulto, conforme previsto na Lei nº 14.133/21 e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Art. 2º A elaboração dos ETP não é obrigatória nos seguintes casos:

- I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independentemente da forma de contratação;
- II - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;
- III - para órgãos com vinculação administrativa à Prefeitura, quando houver definição prévia da centralização das contratações e planejamento conjunto para a realização de licitação para registro de preços, hipótese em que o ETP ficará a cargo da unidade centralizadora da contratação;
- IV - Contratações de soluções que repliquem modelagem reiteradamente adotada em contratos anteriores e recentes do órgão, e considerada satisfatória pela Administração, inclusive se eventualmente se tratar de procedimento de adesão. Será considerado modelagem reiterada aquela utilizadas em até 4 anos anteriores;
- V - Contratações de baixa complexidade cuja modelagem siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Pará, inclusive



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito

quanto à técnica construtiva empregada, se for o caso, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

VI - quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União ou com o Estado do Pará, ou decorrente de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

VII - quando se tratar de aquisição decorrente de transferência voluntária celebrada com a União ou com o Estado do Pará ou decorrente de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que o próprio ajuste preveja a compra de item devidamente caracterizado, inclusive nos casos em que for obrigatória a adesão a Ata de Registro de Preços do órgão ou entidade concedente;

VIII - quando se tratar de aquisição, serviço ou obra objeto de empréstimo, financiamento ou instrumento congênere firmado com banco ou instituição de fomento, quando houver detalhamento suficiente do objeto a executar no próprio compromisso firmado;

IX - contratações de elaboração de projetos básico e/ou executivo tomados isoladamente, isto é, quando não acompanhada da execução dos serviços ou obras correspondentes;

X - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratuais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

§ 1º Os autos do processo deverão ser instruídos com a justificativa e a indicação do dispositivo a autorizar a não elaboração do respectivo ETP.

§ 2º Em se tratando de procedimento de adesão a Ata de Registro de Preços, inclusive nas hipóteses previstas nos inc. IV e VII deste artigo, o órgão carona deve elaborar o ETP ou o Termo de Referência, sendo descabida a ausência concomitante dos dois artefatos nos autos do processo de adesão.

Art. 3º Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º Os ETP serão elaborados por servidores da área requisitante, os quais poderão contar com o auxílio dos servidores de área técnica específica ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5º Os ETP deverão ser elaborados considerando a necessidade, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I - Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito

b) estimativa das quantidades a serem contratadas, especialmente considerando as demandas do público-alvo a ser atendido, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, os quais podem abranger, por exemplo, menor custo de aquisição e/ou instalação, custo de manutenção, grau de desenvolvimento da rede de assistência, grau de difusão ou utilização no mercado, maior eficiência e/ou eficácia, maior vida útil do produto, garantia e qualidade do objeto, além de critérios e práticas de sustentabilidade; e

d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;

b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;

c) contratações correlatas e/ou interdependentes;

d) providências a serem tomadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e

e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:

a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e a razoabilidade da contratação; e

d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

§ 1º Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito

de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 2º O procedimento de pesquisa preliminar de preços a que se refere o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação adotada, somente será obrigatório no momento de elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico, sendo que, quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, a comparação de preços das diferentes soluções poderá ocorrer de forma meramente expedita, paramétrica ou sintética.

§ 3º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade da Administração, a estimativa das quantidades a serem contratadas, a estimativa do valor da contratação, a solução escolhida, as justificativas para o parcelamento ou não da solução e o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e a razoabilidade da contratação.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, **poderá** ser elaborado ETP simplificado:

- I - para contratações cujos itens constem do Catálogo Eletrônico de Padronização Estadual ou Federal, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, como, por exemplo, no caso dos itens constantes do Catálogo Federal no sítio <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>;
- II - quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica>;
- III - quando for adotada modelagem prevista em outras diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo:
 - a) Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados;
 - b) Portaria SGD/MGI nº 370/2023, para outsourcing de impressão;
 - c) Portaria SGD/MGI nº 750/2023, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;
 - d) Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, para serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.680/2024;
 - e) Instrução Normativa Secon/PR nº 01/2023, para serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital;
 - f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, para contratação e gestão de estações de trabalho;
 - g) Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, para contratação de software e de serviços de computação em nuvem;
 - h) Catálogos de Soluções de TIC do Governo Federal, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>; e
 - i) Resolução ANA nº 187/2024, para serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

§ 5º Nas contratações enquadradas no §4º acima, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

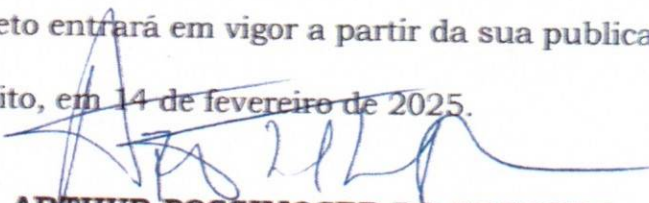
§ 6º Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda da Administração for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos dos ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração dos ETP podem elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação, no Portal de Compras do Governo Federal.

Parágrafo único: Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no portal de transparência do órgão, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

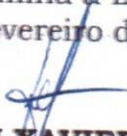
Art. 7º Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de fevereiro de 2025.


ARTHUR POSSIMOSER DO SOCORRO
Prefeito Municipal de Placas

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins de direito que houve a publicidade necessária do presente ato no mural da Prefeitura, e no site da Prefeitura de Placas 'placas.pa.gov.br' conforme determina a Lei Orgânica Municipal no dia de 14 de fevereiro de 2025.


JEFERSON XAVIER SCHNAIDER
Chefe de Gabinete da Prefeitura
Decreto nº 001/2025.